

Gentrificação e “hipsterização”: um estudo sobre a Vila Buarque (São Paulo, Brasil)¹

Gentrification and “hipsterization”: a study about Vila Buarque (São Paulo, Brasil)

Maurício Fernandes de Alcântara

Resumo: Este artigo apresenta um breve balanço bibliográfico sobre as definições teóricas do conceito de gentrificação para os estudos urbanos, enfatizando as similaridades entre os chamados pioneiros da gentrificação e agrupamentos de jovens de classes elevadas habitualmente classificados sob o nome de hipsters – cuja concentração nos bairros centrais das grandes metrópoles é comumente interpretado, por diversos autores e em um senso comum mais amplo, como sintoma do aumento do custo de vida local que levaria à expulsão de populações com maior vulnerabilidade econômica. Como contraponto a essa narrativa, é apresentado um estudo de caso a partir de uma pesquisa etnográfica que vem sendo realizada na Vila Buarque, bairro de classe média-alta da região central de São Paulo que, nos últimos anos, vem passando por um processo de “hipsterização”, com a inauguração de diversos estabelecimentos comerciais voltados a este público, além de seu crescente interesse em residir no bairro. Ainda que as observações empíricas não sugiram, até o momento, que o bairro esteja passando por um processo efetivo de gentrificação, diversos interlocutores afirmam o contrário. Diante dessa questão, são investigadas as semelhanças e diferenças entre as definições da gentrificação como categoria analítica, e a forma como o termo é mobilizado como categoria da prática e de forma cotidiana no discurso de moradores, frequentadores da Vila Buarque e demais interlocutores, a partir de suas percepções pessoais de mudança do bairro – explorando, assim, os significados envolvidos nesta utilização mais ampla do termo. **Palavras-chave:** Antropologia Urbana, segregação, consumo, *hipsters*, gentrificação

Abstract: This article presents a brief bibliographic assessment about the theoretical definitions of gentrification for the urban studies, emphasizing the similarities between gentrification pioneers and the young upper-class groups often called *hipsters*, whose presence on the central neighborhoods of major cities is commonly seen – by several authors and in a broader sense – as a symptom for the arise of local life costs, which would lead to the eviction of populations in more economically vulnerable situation. As a counterpoint to this narrative, this article presents a case study from an ongoing ethnographic research on Vila Buarque, an upper-middle class neighborhood in downtown São Paulo that has been under a “hipsterization” process during the recent years, with several new hipster retails, and a rising interest on living in the neighborhood by these groups. Although until this moment empirical research doesn’t suggest that Vila Buarque is under an effective gentrification process, several interlocutors say otherwise. In face of this fact, this article proposes an investigation of the differences and similarities between the definitions of gentrification as an analytical category, and the way the term is routinely used as a category of practice, in the speeches of Vila Buarque’s residents, visitors and other interlocutors, based on their personal perceptions of neighborhood change – hence, exploring the meanings involved in this broader usage of the term. **Keywords:** Urban Anthropology, segregation, consumption, hipsters, gentrification

¹O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradecimentos a Heitor Frúgoli Jr., João Felipe Gonçalves, Silvana Rubino, Matthew A. Richmond e Fabrício Muriana pelos debates e contribuições com esta pesquisa.

A proposição do termo gentrificação em 1964 por Ruth Glass para nomear, descrever e analisar transformações observadas em bairros operários de Londres (que gradualmente passavam a atrair classes mais elevadas em função de suas características urbanísticas e preços mais acessíveis) significou mais do que a inauguração de um tema sedutor para os estudos urbanos: representou um importante novo marco analítico para a compreensão das transformações metropolitanas ocorridas desde os anos 1970. A proposição original do conceito está inserida em um contexto de revisão e crítica da hegemonia do modernismo (e o planejamento urbano racional, homogêneo e calculado) na concepção das cidades, além de uma crescente preocupação com a privatização e financeirização das cidades diante da expansão do capitalismo liberal e neoliberal². Ainda que houvesse uma percepção de que as cidades estariam sendo perdidas (em função do avanço do modernismo, do capitalismo ou da gentrificação), elas ainda poderiam ser resgatadas por meio da preservação dos usos mistos e espontâneos dos espaços urbanos³: “a mudança de paradigma do urbanismo moderno para o pós-moderno pode ter trazido uma renovada sensibilidade para os pequenos enclaves, os diferentes espaços, a cidade como mosaico” (RUBINO, 2003, p. 292).

O surgimento deste conceito também promoveu uma importante ruptura teórica com postulados tradicionais sobre localização e filtragem residencial (como a Escola de Chicago, a tradição da ecologia social e a escola positivista de economia urbana do pós-guerra), que não previam a possibilidade do retorno das classes elevadas às moradias degradadas dos centros urbanos (HAMNETT, 1991), e abriu espaço para um amplo debate no campo das políticas urbanas. Além disso, a gentrificação passou a ser uma das principais arenas de disputa no debate teórico e ideológico entre “humanistas liberais que acentuam o papel da escolha, da cultura, do consumo e da demanda do consumidor (...), defensores da preferência e da agência humanas”; e os “marxistas estruturalistas que acentuam o papel do capital, da oferta e da produção de classe (...), debatedores dos imperativos do capital e do lucro” (HAMNETT, 1991, p. 174).

Desde então, o conceito vem sendo amplamente debatido em escala global, e ganhando inúmeras variações que possibilitam a análise de fenômenos bastante diversos, vários deles diferentes da definição original – tais como *super gentrification*, *residentialization*, *reurbanization*, *studentification*, *embourgeoisement*, *gentrification in rural settings* (MALOUTAS, 2012, p. 35), *new-build gentrification* (DAVIDSON; LEES, 2005), *tourism-led gentrification* (JONES; VARLEY, 1999), *retail gentrification* (BRIDGE; DOWLING, 2001; GONZALEZ; WALEY, 2013; ZUKIN et al., 2009) ou *gentrification by hipster* (ZUKIN et al., 2015). Em função dessa polissemia e pluralidade de usos, o termo tornou-se um instrumento sedutor, não apenas para pesquisadores, mas também em um senso comum mais amplo (o que inclui a imprensa, movimentos ativistas e cidadãos engajados com pautas relacionadas à noção de direito à cidade) para identificar e nomear dimensões perceptíveis de mudanças na paisagem urbana.

Um dos sintomas popularmente associados a processos de gentrificação em diversas cidades no mundo é a chegada de novos moradores (e de estabelecimentos e serviços a eles destinados) genericamente classificados como *hipsters*, que de forma abrangente podem ser descritos como jovens adultos (majoritariamente entre 25 e 35 anos) com poder aquisitivo elevado, em geral interessados por tendências globais de comportamento e consumo, vinculados a áreas profissionais tidas como criativas (como comunicação, tecnologia, arquitetura e artes), que valorizam características da região central (como a diversidade e a infraestrutura de serviços públicos), e que possuem estilos de vida e modos de consumo que privilegiam locais pequenos e discretos, voltados a um público reduzido, e cujos produtos e

²Um importante marco da crítica a este processo é o manifesto “O Direito à Cidade”, de Henri Lefebvre (2001).

³Debate que tem como importante referencial a obra “Morte e Vida das Grandes Cidades”, de Jane Jacobs (2000).

serviços são sempre associados a adjetivos e expressões que sugerem um alto nível de especialização ou exclusividade: artesanal, orgânico, vegano, autoral etc (FLORIDA, 2014; LLOYD, 2010; OCEJO, 2017).

A associação entre *hipsters* e gentrificação decorre sobretudo do fato que, nos Estados Unidos (onde o termo *hipster* foi cunhado), esta categoria é atribuída a jovens das classes média e alta, geralmente nascidos nos subúrbios das grandes cidades, para onde as gerações anteriores haviam se deslocado. Ao chegar à vida adulta e ao mercado de trabalho, esta nova geração abdica do estilo de vida escolhido por seus pais para viver nos centros das grandes cidades, usufruindo da ampla oferta de infraestrutura e com modos de vida e de consumo muito particulares, preferindo lugares, serviços e bens (materiais, culturais e simbólicos) tidos como de vanguarda. Com alto poder aquisitivo, estes jovens profissionais não apenas têm maior poder de escolha de onde morar, como também de reivindicar e fomentar serviços desejáveis em seu entorno, bem como maior acesso a lazer e bens culturais cada vez mais segmentados (MISKOLCI, 2016).

Diversas características dos *hipsters* coincidem com as dos pioneiros da gentrificação, como relatados por diversos autores: pessoas com alto capital cultural, vinculadas a profissões ligadas ao mundo da arte, da mídia e da cultura, atraídas pelas áreas centrais da cidade em função de sua diversidade social e cultural e custo relativamente mais baixo para se estabelecer, e com uma perspectiva mais cosmopolita e progressista de se perceber a cidade (MARTÍNEZ-RIGOL, 2005). Efetivamente, um grande número de pesquisas relatam concentrações de jovens com traços similares em bairros centrais de grandes metrópoles – seja assumindo relações de causalidade entre a presença dos *hipsters* e o aumento dos custos de vida locais, seja assumindo as áreas onde os *hipsters* se concentram como já tendo sido “gentrificadas”. É o caso da etnografia de Richard Lloyd sobre o bairro de Wicker Park, em Chicago (2010); a de Richard Miskolci em São Francisco (2016); ou as pesquisas de Sharon Zukin sobre Nova York:

“Em alguns bairros, artistas, atores, programadores de softwares de computador, e músicos (...) estão se divertindo em cafés na calçada, comendo *brunch* às 2 da tarde e saindo à meia-noite para espaços para performances em galpões e bares de música. Em outras áreas da cidade, editores, professores universitários, advogados e escritores estão empurrando carrinhos de bebê, falando em celulares e fazendo compras em pequenas lojas de design. (...) Nas áreas onde os *hipsters* e *gentrifiers* vivem, há um novo cosmopolitismo no ar: tolerante, descolado, casual. E isso não é ruim. Mas, aos poucos, os velhos bairros étnicos para onde eles se mudaram estão morrendo. (...) As pessoas que pareciam tão enraizadas nestes bairros estão desaparecendo” (ZUKIN, 2011, p. 7).

Neste artigo, discuto esta associação entre *hipsters* e gentrificação a partir de um estudo de caso da Vila Buarque – bairro da região central de São Paulo majoritariamente habitado por pessoas de camadas médias e altas da população e que, nos últimos anos, vem passando por um processo que pode ser denominado “hipsterização”: a atração de novos moradores que se enquadrariam nas descrições dos *hipsters*, e a abertura de uma série de novos estabelecimentos comerciais voltados a este público. Proponho, ainda, uma distinção entre o uso do termo gentrificação como categoria analítica, e seu uso como categoria política e da prática, na forma como é mobilizado de maneira mais abrangente por diversos interlocutores junto aos quais venho realizando uma pesquisa etnográfica sobre o bairro desde o final de 2016.

A metodologia utilizada na pesquisa consiste no mapeamento dos imóveis e estabelecimentos presentes nas quadras do bairro, observação dos públicos a que se destinam e que neles se concentram, dos produtos e serviços por eles oferecidos, dos padrões estéticos de composição das fachadas e ambientes, das estratégias de comunicação utilizadas por cada espaço para dialogar com seus públicos, além de participação de eventos públicos e privados

ocorridos no bairro, mapeamento de políticas públicas no entorno e conversas com moradores, comerciantes e frequentadores do bairro.

Dissensos teóricos e o enfrentamento da gentrificação no Sul Global

Desde sua proposição original, o conceito de gentrificação é objeto de discussão entre diversas disciplinas dentro dos estudos urbanos quanto a suas causas, efeitos, e quanto a sua real aplicabilidade analítica a diferentes contextos ao redor do mundo. Ainda nos anos 1970 e 1980, duas distintas abordagens representavam as principais frentes neste debates. A primeira delas, classificada como liberal-humanista (HAMNETT, 1991), culturalista (MARTÍNEZ-RIGOL, 2005) ou sociocultural (CHABROL et al., 2016), tem como alguns autores referenciais Catherine Bidou-Zachariasen (2003) e David Ley (1980). De forma sintética, refere-se à gentrificação como um reflexo das transformações sofridas pelas grandes metrópoles após o declínio do modelo econômico industrial, sobretudo a partir dos anos 1970 – o que fez com que determinadas cidades passassem a concentrar as atividades de comando de grandes multinacionais (SASSEN, 2001), e a economia local passasse a responder a uma crescente demanda por serviços corporativos especializados, de ordem intelectual, que suportassem os negócios das grandes empresas – como consultorias, agências e produtoras de publicidade, escritórios de advocacia, analistas financeiros, etc. Tal transformação refletiu não somente o declínio do tamanho e do poder econômico da classe operária (*blue collar*), como também a ascensão de uma “classe de serviços” (*service class*) de colarinho branco (*white collar*), com profissionais qualificados, alto *capital cultural* (BOURDIEU, 2011), alta renda, e conformados por *gostos de classe* (BOURDIEU, 1983) que demandariam serviços urbanos especializados, maior acesso a lazer e bens culturais, e teriam preferências residenciais que refletissem estilos de vida mais cosmopolitas, dando mais importância à estética e ao individualismo (MARTÍNEZ-RIGOL, 2005, p. 104). Por essa perspectiva, o processo de gentrificação do bairro poderia ser analisado ao se observarem os efeitos (no território e em escala local) causados pela chegada destes “gentrificadores” com alto poder aquisitivo, seus modos de vida e demandas de consumo.

Já a segunda abordagem, classificada como marxista-estruturalista (HAMNETT, 1991) ou economicista (MARTÍNEZ-RIGOL, 2005), ancora-se não na demanda por características urbanas que promovem a gentrificação, mas sim na produção e oferta destas características — sendo os principais agentes deste processo o capital financeiro e o Estado (ao contrário da perspectiva culturalista, em que os agentes são as pessoas pertencentes à *service class* emergente). O autor referencial deste enfoque é Neil Smith (1979), que afirma que a chegada de pessoas de alta renda não é a causa da gentrificação, mas a consequência do afluxo *do capital* nestas regiões. Smith aponta a centralidade do mercado financeiro e sua imbricação com os poderes públicos e interesses privados locais (empresas de construção civil e do mercado imobiliário, investidores, corporações, comércio, imprensa etc.) como explicação para a dinâmica especulativa em que determinados bairros passam por um processo calculado de desinvestimento, precarização e degradação para que, posteriormente, seja justificável uma requalificação que promoveria a atração de novos ocupantes com maior poder aquisitivo, gerando maior potencial de acúmulo de capital. Este modelo reflete o que Smith chama de teoria de diferencial de renda (*rent gap theory*), em que investidores (ou o próprio Estado) avaliam a diferença entre a atual renda financeira proveniente de uma área ou propriedade, e a renda potencialmente alcançável após o investimento na região. Desta forma, a requalificação do espaço urbano não seria promovida a partir das demandas de uma classe emergente, mas como estratégia calculada de valorização do entorno para aumento exponencial do valor de uso e de renda potenciais da terra – uma vez que o valor imobiliário das construções e o valor da terra, sem tais investimentos, teriam um potencial de crescimento limitado.

Nas décadas seguintes, os debates sobre gentrificação passaram a buscar uma perspectiva integradora entre essas duas perspectivas teóricas e ideológicas, investigando uma relação de complementaridade entre elas. Martínez-Rigol aponta para a necessidade de buscar um ponto intermediário entre os dois enfoques, de modo que nenhum deles resulte completamente negado – sendo que este ponto intermediário, inexistente *a priori*, deve ser negociado pelo pesquisador, à luz do contexto de sua investigação (MARTÍNEZ-RIGOL, 2005, p. 111). Segundo o autor, é necessário investigar empiricamente as razões pelas quais determinadas regiões da cidade passaram subitamente a despertar o interesse de uma classe elevada que antes as ignoravam; e como são criadas as condições para a apropriação do lucro, quais são os agentes responsáveis, e como conduzem o processo – sempre tomando como ponto de partida o marco concreto do lugar. Uma autora pioneira a articular este enfoque integrador foi Sharon Zukin em sua pesquisa sobre a conversão de armazéns e imóveis industriais de Nova York em *lofts* residenciais por artistas – o que resultou na preservação das características arquitetônicas do SoHo e seu reconhecimento como “bairro dos artistas”, mas que posteriormente atraiu a atenção do grande mercado imobiliário, que passou a readaptar os imóveis para os interesses de novos moradores de alta renda, que já não eram os artistas (ZUKIN, 1989). Nas palavras de Martínez-Rigol, “o trabalho de Sharon Zukin foi analisado como muito próximo ao de Neil Smith, já que a cultura era totalmente interpretada em termos de mercado, e também como mais próximo das teses culturalistas, já que destacava sobretudo o papel da demanda no processo” (MARTÍNEZ-RIGOL, 2005, p. 110).

As controvérsias em torno do conceito não se resumem, entretanto, apenas a estas duas perspectivas analíticas. Além dos dissensos sobre as causas e agentes responsáveis pelos processos de gentrificação, debatedores de diferentes espectros políticos divergem quanto a seus efeitos, havendo quem denuncie as expulsões e o aumento da desigualdade e da segregação, mas também debatedores, em geral de um espectro político e econômico mais liberal, que defendem o processo como sendo benéfico por atrair investimentos e promover melhorias em regiões tidas como degradadas – ignorando, rejeitando ou minimizando os impactos sociais no que diz respeito às populações fragilizadas. Por exemplo, em 19 de fevereiro de 2015, a revista *The Economist* publicou um editorial em defesa da gentrificação, alegando que tais processos geram empregos, aquecem a economia e trazem inovação para bairros tidos como “degradados” ou “precarizados” (*The Economist*, 2015).

As próprias definições do que poderia ser enquadrado como gentrificação (e seus sintomas, causas, agentes e consequências) se confundem ao assumirmos o conceito como pertencente a uma agenda global, atrelada ao avanço internacional do neoliberalismo e do sistema hegemônico capitalista, o que acaba por minimizar as especificidades locais e a importância de análises contextuais em bairros, cidades e países com realidades históricas, econômicas, sociais, culturais e políticas muito distintas. Segundo Thomas Maloutas, esta abstração excessiva reflete um significado imposto da gentrificação neoliberal que poderia levar à “banalidade teórica” do termo: “quão significativo pode ser analisar as práticas de diferentes grupos de classes médias e altas envolvidos em processos de gentrificação e suas estratégias de formação identitária ligadas ao lugar, se eles não estão inscritos em contextos particulares?” (MALOUTAS, 2012, p. 41). Maloutas adota uma abordagem pós-colonial ao assumir que o conceito nasce de uma epistemologia euro-americana sobre as transformações observadas nas antigas metrópoles industriais do Norte Global no pós-fordismo (logo, em contextos muito bem delimitados), e aponta um risco em seu uso estruturalista e generalizado:

“associar diferentes processos de regeneração urbana através do espaço e do tempo à gentrificação acaba por projetar a ideologia e a prática neoliberais – ainda que feito de uma forma questionadora ou crítica – como um novo *script* sobre o passado para todo o mundo. Logo, quando encaixamos neste conceito contextos geográficos e históricos diferentes daquele no qual a gentrificação fora originalmente concebida, é questionável se temos sucesso ao enriquecer seu conteúdo e ao ampliar nossa

percepção sobre ele; é mais provável que projetemos nestas diferentes formas de regeneração urbana as características da conceituação dominante da gentrificação. Como resultado, esta conceituação dominante é ainda mais reforçada ao perder suas próprias referências contextuais e limites, tornando-se uma ‘ficção regulatória’ e uma profecia que se auto-cumpre, obstruindo a imaginação criativa (e eventualmente subversiva) dos futuros possíveis das cidades” (MALOUTAS, 2012, p. 41–42).

Logo, ao forçarmos as semelhanças entre diferentes contextos para que eles possam ser comparáveis entre si em nome de um pressuposto teórico, corremos o risco de mascarar as especificidades locais em nome daquilo que já é conhecido e consolidado na literatura – resultando mais em uma produção engajada no combate de efeitos e consequências já esperados, do que numa real análise dos fenômenos aos quais o diagnóstico da gentrificação é comumente atribuído. Na mesma linha, Asher Ghertner, no contexto de sua pesquisa sobre processos de expulsões urbanas na Índia, ressalta que “para desenvolvermos uma agenda de pesquisa urbana ‘propriamente pós-colonial’, devemos resistir à tentação difusionista de explicar as mudanças de ‘lá’ [os países e cidades do Norte Global] testando-as contra a teoria ‘aqui’ [o Sul Global]” (GHERTNER, 2014, p. 1568). Como afirma Silvana Rubino a respeito da validade do conceito de gentrificação em São Paulo,

“se ampliarmos demais a noção de *gentrification*, como propõe Neil Smith, podemos cair na conhecida especulação imobiliária, mais próxima da destruição criadora que se manifesta pelo recurso do ‘bota abaixo’ na construção de paisagens de poder. Para cidades que se destroem e se constroem incessantemente, parecendo nunca estar prontas, como notou Lévi-Strauss em relação a São Paulo quando aqui aportou nos anos 30, não precisamos desse conceito” (RUBINO, 2003, p. 293).

Vila Buarque: *hipsters* sem gentrificação?

Desde o final de 2016, venho realizando uma etnografia sobre a Vila Buarque, bairro da região central de São Paulo que tem despertado o interesse de jovens de camadas médias superiores da população em função dos relativos baixos custos de moradia e a ampla oferta de serviços e infraestrutura. Nos últimos 5 anos, o bairro (e também bairros vizinhos, como Santa Cecília e República) vem concentrando dezenas de novos estabelecimentos comerciais “descolados” da realidade socioespacial envolvente (tais como cafés, restaurantes, lojas de decoração, de publicações independentes, de alimentos orgânicos e de *design*), que destoam dos demais comércios presentes na região. Têm fachadas discretas, decoração minimalista e certo ar de improviso no mobiliário – mas que sistematicamente compõem cenários despojados, amplamente utilizados em suas postagens nas redes sociais (refletindo, assim, não apenas uma produção dos espaços, mas também de imaginários sobre os espaços, consumidos visualmente por quem não necessariamente os frequenta). No dia 2 de setembro de 2018, a revista São Paulo (que circula juntamente com o jornal Folha de S. Paulo) dedicou a este fenômeno uma extensa série de reportagens, retratadas na capa da publicação com os dizeres: “como uma explosão de bares, restaurantes, cafés e casas de shows está redesenhando um pedaço do centro”.

A Vila Buarque surgiu na passagem do século XIX para o século XX, período do auge do mercado de café e de início do rápido crescimento territorial e demográfico que converteria São Paulo em uma metrópole. Sua história decorre da urbanização de grandes propriedades rurais para a criação do Higienópolis, primeiro bairro nobre da cidade – para onde a elite cafeeira se deslocou vinda do centro antigo. Localizada em uma faixa territorial entre o centro antigo e o Higienópolis, a Vila Buarque funciona como zona de transição

(MÜLLER, 1958) entre as características predominantemente residenciais do Higienópolis, e as múltiplas funções do centro⁴.

Com a industrialização da cidade na primeira metade do século XX, muitos dos antigos palacetes da elite foram demolidos e o bairro passou por uma intensa verticalização e adensamento residencial, sendo ocupado principalmente por camadas médias e altas da sociedade, compostas por profissionais liberais e trabalhadores bem-sucedidos da indústria e do comércio (HOMEM, 1980). Os edifícios residenciais dividiam (e dividem até hoje) a paisagem com um comércio de baixa densidade, além de hospitais e diversas faculdades e universidades – que conferem ao bairro uma vida boêmia e intelectual que lhe rendeu, em meados do século XX, o apelido de *quartier latin* paulistano. Até o final dos anos 1960, a Vila Buarque era considerada o principal bairro universitário da cidade, em função da presença concentrada de instituições como a Universidade Presbiteriana Mackenzie, a Fundação Escola de Sociologia e Ciência Política de São Paulo, a Faculdade de Medicina da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, e diversas unidades da Universidade de São Paulo, como a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. Efetivamente, a concentração destas instituições na Vila Buarque está vinculada a estratégias da elite para criar uma barreira invisível que, ao mesmo tempo que garantisse a presença de instituições de prestígio na região, também preservasse o uso estritamente residencial, de baixa densidade e alto padrão do Higienópolis.

Em 1968, em plena ditadura militar, estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (muitos filiados à União Nacional dos Estudantes) e estudantes do Mackenzie (com integrantes do Comando de Caça aos Comunistas) entraram em conflito na Rua Maria Antonia (onde se localizavam ambas as instituições), resultando na morte de um estudante secundarista e no incêndio e destruição parcial do edifício da USP (CASTINO, 2017). Este acontecimento, popularmente conhecido como Batalha da Maria Antonia, aceleraria o processo de transferência, nos anos 1970, da maioria das faculdades da USP para a Cidade Universitária, no Butantã – reduzindo significativamente o número de estudantes da USP na Vila Buarque.

Em 1970, o bairro sofreu outra grande mudança que tornaria concreta a barreira simbólica que fazia com que uma metade da Vila Buarque apresentasse características predominantemente residenciais, mais assemelhadas às do Higienópolis, enquanto na outra metade o uso residencial se misturasse com a diversidade comercial do centro: a construção do Elevado João Goulart, o Minhocão (originalmente batizado como Elevado Presidente Artur da Costa e Silva⁵). Com 3,4 km de extensão, a via elevada perpassa diversos bairros – dos quais apenas a Vila Buarque foi dividida ao meio. Desde sua construção, o Minhocão provocou a desvalorização imobiliária de seu entorno em função do barulho e da poluição provocados pela circulação de veículos, da redução da luminosidade e da interferência negativa na paisagem. Nos últimos anos, a via tem sido objeto de diversas disputas quanto a seu futuro: o mais recente Plano Diretor Estratégico, aprovado em 2014, determina uma gradativa desativação do elevado até a proibição total do uso por veículos motorizados até 2020 – mas não define o que será feito com a construção, o que deverá ser determinado a partir de estudos e projetos de lei específicos (Folha de S. Paulo, 2014). As duas principais perspectivas defendidas neste debate são a demolição da estrutura, e sua conversão em parque. Esta última perspectiva inspira-se no *High Line Park*, em Nova York, e ampara-se

⁴Este cenário difere da zona de transição prevista no início do século XX pela Escola Ecológica de Chicago (BURGESS, 2008) por entremear diretamente os limites do centro e de uma região residencial de alta renda, prescindindo da presença intermediária de uma faixa de residências de baixa renda.

⁵A lei que substituiu o nome “Presidente Artur da Costa e Silva” por “João Goulart” foi sancionada em 2016 pelo prefeito Fernando Haddad, retirando-se, assim, a homenagem ao ditador responsável pelo AI-5.

pelos usos de lazer e sociabilidade que a estrutura já acolhe desde os anos 1970, nos dias e horários de menor demanda, em que é interdita aos veículos devido à poluição e ao barulho causados pelo trânsito.

O impacto urbanístico negativo da construção fez com que suas imediações se tornassem uma alternativa de relativo baixo custo de moradia na região central, aumentando, assim, a diversidade socioeconômica de moradores na região. Tanto a proposta de demolição quanto a de conversão em parque buscam reverter este processo, aumentando a qualidade urbanística do entorno, valorizando os imóveis e dinamizando o mercado imobiliário:

“Em bairros como Vila Buarque, por exemplo, o repovoamento que ocorreu em razão dos baixos preços de aluguéis, da grande oferta de transporte e da proximidade com a vida cultural e noturna, assim como das facilidades de consumo sem a necessidade de usar carro, acabou se transformando em nova frente de expansão imobiliária, ofertando produtos para esse ‘nicho de mercado’” (ROLNIK, 2017, p. 77).

Entretanto, apesar da degradação e desvalorização observada nos bairros imóveis imediatamente próximos à via elevada, a Vila Buarque permanece até hoje predominantemente habitada por camadas médias superiores da população, e concentrando espaços de sociabilidade e lazer de intelectuais, arquitetos (em função da presença de diversas instituições voltadas à categoria no bairro) e de estudantes (majoritariamente vinculados às faculdades privadas presentes no bairro, com a Universidade Mackenzie como maior expoente).

Nos últimos anos, a já relatada onda de inauguração de diversos novos estabelecimentos voltados a um público *hipster* vem sendo percebida por diversos moradores e frequentadores do bairro (o que, paradoxalmente, também inclui alguns clientes destes novos comércios) como um sintoma de que o bairro está mudando, ou que está sendo “gentrificado”. Entretanto, à primeira vista esse uso cotidiano e cada vez mais popular da categoria “gentrificação” não aparenta coincidir exatamente com diversas definições teóricas para o fenômeno, e o primeiro impasse está na já relatada polivalência que o termo assume até mesmo no debate acadêmico. Para analisar essa questão, assumo como referência os quatro requisitos mínimos e necessários apontados por Mark Davidson e Loretta Lees, comuns a diferentes abordagens teóricas e em um sentido mais amplo, para se observar processos de gentrificação: reinvestimento de capital; melhoria social dos lugares devido à chegada de grupos de alta renda; mudança da paisagem; e deslocamento direto ou indireto de grupos de baixa renda (DAVIDSON; LEES, 2005, p. 1170). Por essa perspectiva, uma análise do contexto da Vila Buarque a partir destes requisitos sugere a hipótese de que o fenômeno corresponde mais a uma continuidade da ocupação histórica do bairro por camadas médias e de elite da sociedade, do que a processos de enobrecimento e de expulsão de moradores em maior situação de vulnerabilidade.

A expressão “reinvestimento de capital” sugere uma etapa anterior, segundo a teoria de Smith, de um desinvestimento calculado de capital de forma a tornar a região deficitária de atenção do poder público e/ou do setor privado, justificando, assim, um novo investimento com o objetivo de requalificação do espaço e atração de populações de maior poder aquisitivo. Ainda que a região central como um todo possa ter passado por um certo processo de degradação, na segunda metade do século XX (sobretudo em função da migração de grande parte da centralidade econômica no sentido sudoeste); e que a construção do Minhocão tenha acelerado o processo de desvalorização imobiliária e reduzido a qualidade urbanística de seu perímetro, a Vila Buarque manteve-se relativamente estável nas últimas décadas.

A história do bairro revela que, desde a urbanização das antigas chácaras da elite cafeeira, a Vila Buarque sempre foi ocupada por classes médias e altas, funcionando como

extensão ou bairro satélite do Higienópolis. Em uma análise do uso predominante do solo a partir do cadastro fiscal dos imóveis⁶, chama a atenção que, das 26 quadras que compõem o perímetro correspondente ao bairro da Vila Buarque, 8 apresentam uma ocupação de 60% ou mais de imóveis residenciais de médio e alto padrão – as demais quadras correspondem a uma ocupação residencial combinada com comércio e serviços (13 quadras), ocupação majoritária de comércio e serviços (3 quadras), além das quadras correspondentes à Santa Casa de Misericórdia e à Praça Rotary. De acordo com dados do Censo de 2000, todos os setores censitários correspondentes à Vila Buarque são classificados como de baixa vulnerabilidade, apresentando nenhuma privação ou privação muito baixa⁷. Desta forma, é difícil afirmar que tenha havido uma “melhora social dos lugares devido à chegada de grupos de alta renda”, porque estes grupos sempre foram majoritários na Vila Buarque – além do fato da infraestrutura urbana do bairro já estar consolidada há décadas. A reduzida concentração histórica de grupos de baixa renda também sugere que não tenha havido deslocamentos em volume considerável para uma mudança do perfil socioeconômico de moradores.

Por fim, a “mudança da paisagem” é uma dimensão muito sutil, que só pode ser observada em uma escala muito pequena, das fachadas dos imóveis e estabelecimentos comerciais e seus usos – mudança esta que ainda se apresenta em número proporcionalmente reduzido se comparada com toda a oferta e diversidade de estabelecimentos, edifícios residenciais e institucionais da região. Vale ressaltar que a presença de instituições referenciais para toda a cidade (como hospitais, universidades e equipamentos culturais) garante que a diversidade de pessoas, serviços e usos do bairro seja bastante ampla, não se limitando apenas a grupos isolados. Além disso, os imóveis e equipamentos (cujas construções datam, em sua maioria, de meados do século XX) mantiveram um mesmo perfil de uso e um nível constante de manutenção e preservação (não justificando, portanto, algum tipo de grande intervenção – seja de recuperação, seja de demolição), e a alta densidade das construções e a escassez de terrenos disponíveis é um impeditivo para a construção em grande escala de novos edifícios. Embora haja algumas novas construções de imóveis residenciais (de médio e alto padrão) nos poucos lotes remanescentes no perímetro do bairro e em seu entorno, o impacto na morfologia das quadras e a alteração da densidade de sua ocupação e de seus usos mostra-se limitado.

Por esta perspectiva, se considerarmos que os critérios de Davidson e Lees pressupõem a observação combinada dos quatro fatores para um diagnóstico pleno de gentrificação, até o momento, o enquadramento da Vila Buarque nos limites analíticos do conceito mostra-se pouco provável, ainda que diversos interlocutores denunciem sintomas que sugiram o contrário – como o surgimento dos bares e lojas *hipsters* em questão (ainda que o perfil destes estabelecimentos e seus frequentadores possa ser assemelhado ao dos pioneiros ou dos *gentrifiers* apontados em diversas pesquisas em diferentes cidades do mundo); a celebração do aspecto “*cool*” do bairro pela imprensa; movimentações do capital imobiliário e da indústria da construção civil que utilizam discursos de “renascimento” do centro em suas mensagens publicitárias; e as oscilações dos valores imobiliários e do custo de vida na cidade (que não ocorrem apenas no bairro em questão). O fato é que essa nova “cena *hipster*” não ocorre em um bairro com ativo imobiliário passível de ser “melhorado”, tampouco concentrador de uma população de maior vulnerabilidade social e passível de ser expulsa. Além disso, a maioria das movimentações recentes por parte do Estado para a renovação urbana e de ressignificação da região central não contemplam especificamente a Vila Buarque (como é o caso da Concessão Urbanística Nova Luz, apresentada em 2005; ou o projeto

⁶Fonte: Plataforma Geosampa. Disponível em: <<http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

⁷Fonte: Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo (2004). Disponível em: <<http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/584>>. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

Centro Novo e a “revitalização” do Largo do Arouche, ambos anunciados pela prefeitura em 2017) – e quando o fazem, contemplam o bairro apenas parcialmente (como é o caso da Operação Urbana Centro, de 1997). É importante ressaltar, entretanto, que ainda que um diagnóstico analítico de gentrificação na Vila Buarque pareça impreciso no presente, isso não impede que ele possa vir a se consolidar no futuro a partir de políticas públicas e agências do mercado que possam intensificar o encarecimento do custo de vida local.

Evidentemente, isso não significa ignorar que a região central da cidade como um todo vem sendo foco de uma série de movimentações para sua ressignificação e enobrecimento, seja por parte de agentes do mercado, do poder público ou de associações de moradores e comerciantes. De forma efetiva, o surgimento de novos atrativos na Vila Buarque - assim como em bairros vizinhos, como República e Santa Cecília - pode vir a servir como ponta de lança para acelerar processos especulativos que ameacem a permanência de pessoas em situação de maior vulnerabilidade em bairros próximos e que apresentam maior número de questões sociais, tais como: concentrações de cortiços, alta vacância de imóveis residenciais, as situações precárias das ocupações pelos movimentos de luta por moradia, a situação da Cracolândia paulistana, além da resistência da Favela do Moinho. Entretanto, mostra-se necessária uma análise contextual para cada um destes casos para afirmar se os processos em andamento eventualmente correspondem às definições analíticas de gentrificação – lembrando que talvez possa haver conceitos que expliquem estes fenômenos de forma mais precisa do que um uso genérico de uma palavra da moda, tais como especulação imobiliária, concentração fundiária ou até mesmo higienismo.

Além disso, é necessário observar que o contexto local pode apresentar características e especificidades que imponham resistências à assunção automática de terminologias e conceitos de cidades do Norte Global para explicar fenômenos do Sul Global. No caso da região central de São Paulo, diversos pesquisadores apresentam perspectivas que não necessariamente contradizem a hipótese de que seus bairros possam sofrer processos de gentrificação, mas fornecem elementos adicionais que merecem consideração para a formulação de uma teoria local sobre o fenômeno. Heitor Frúgoli Jr. e Jéssica Sklair ilustram como determinadas estratégias para a transformação do tecido social precisam ser avaliadas não apenas pelo viés das intenções dos agentes, mas também pela efetividade dos resultados (FRÚGOLI JR.; SKLAIR, 2009). Carolina Requena, Telma Hoyler e Camila Saraiva demonstram que os padrões de ocupação da cidade pelas camadas superiores não sugerem que haja uma tendência de deslocamento considerável em direção ao centro (REQUENA et al., 2015). John Betancur e Silvana Rubino questionam se haveria um “*pool* de ‘gentrificadores’ potenciais” e um volume de capital suficientes para a plena realização dos processos de gentrificação na cidade (BETANCUR, 2014, p. 4; RUBINO, 2003, p. 293). Betancur ressalta, ainda, a importância dos movimentos sociais organizados como resistência aos processos de especulação imobiliária (BETANCUR, 2014, p. 6–8). Beatriz Kara José demonstra que não existe uma adesão automática do capital privado às políticas de requalificação do Centro propostas pelo poder público (JOSÉ, 2010, p. 102–112). Eduardo Marques destaca o receio do mercado imobiliário em atuar em áreas tidas como mais arriscadas para se investir (MARQUES, 2016, p. 15–32)⁸.

Gentrificação: de categoria analítica a categoria da prática

Diante da análise apresentada e assumindo que a Vila Buarque não apresenta as evidências necessárias para se afirmar que esteja passando por um processo de gentrificação, surge um desafio da pesquisa etnográfica. Quando uma moradora do bairro me relata que seu aluguel subiu ao passo que seu salário permaneceu inalterado, ela se autodenomina como

⁸ Agradecimentos especiais a Matthew A. Richmond pelos diálogos e trocas de referências.

vítima da “gentrificação”. Quando explico a diversas pessoas que estou estudando o surgimento de uma “cena *hipster*” na Vila Buarque e seus impactos na dinâmica do bairro, sou comumente questionado se eu pesquisei a “gentrificação” do bairro. Quando uma ONG sediada no bairro pede, em um mapeamento coletivo, que as pessoas indiquem novos estabelecimentos na vizinhança e quais estabelecimentos deixaram de existir nos últimos 5 anos (incluindo quanto custava e quanto passou a custar para frequentar estes mesmos locais), a investigação em curso busca indícios de “gentrificação”. Quando, em uma comunidade de moradores do bairro no Facebook, uma participante declara gostar muito da ambiência urbana da região (as ruas arborizadas, os vizinhos, as opções de lazer e a variedade de comércio), desenrola-se uma intensa discussão se esse tipo de declaração representa ou não uma celebração da “gentrificação” no bairro. Uma solução fácil seria assumir que este uso corriqueiro do termo é teoricamente equivocado, o que resultaria na manutenção de certo monopólio da academia na adequada mobilização do conceito – ainda que, ironicamente, o uso frequente do termo (e de suas inúmeras variações) pelos estudos urbanos para contextos muito díspares entre si também dificulta a chegada a consensos generalizados face às características que identificam o processo. Proponho aqui uma alternativa distinta: independentemente da precisão analítica, interessa investigar **o que significa** quando os interlocutores, moradores e frequentadores afirmam que a Vila Buarque está sendo “gentrificada”.

No início de seu ensaio para o especial “Cidades em Disputa”, do jornal digital Nexo, Renato Cymbalista afirma que “De tempos em tempos alguma palavra fica na moda no debate sobre as cidades. Sem dúvida ‘gentrificação’ é um desses termos. Não há debate sobre as cidades e suas áreas centrais em que ele não apareça de alguma forma” (ORENSTEIN et al., 2018). Já em um artigo na revista norte-americana Slate, John Buntin apela pelo fim do uso da categoria gentrificação em nome da remoção de uma “distração” que acaba por ocultar as reais formas como os bairros mudam, as razões pelas quais alguns não mudam, e dificulta os debates dos “problemas que são reais” – como as causas para os problemas que se ocultam sob este guarda-chuva conceitual e as maneiras como enfrentá-los (BUNTIN, 2015). Apesar de suas críticas à reverência excessiva ao conceito, Thomas Maloutas reconhece seu aspecto incontornável no debate político sobre as cidades: “é provável que não possamos mais escapar deste conceito, já que ele já adquiriu um corpo próprio, transgrediu os limites da academia e se tornou uma questão sociopolítica e um marco em si mesmo” (MALOUTAS, 2012, p. 44).

Diante deste impasse entre os limites teóricos para o conceito e a recorrente utilização do termo no debate cotidiano, utilizo gentrificação, sem aspas, para referir-me às definições analíticas e conceituais disputadas ao longo da ampla bibliografia acerca do tema; e “gentrificação”, com aspas, para referir-me à forma como é mobilizada nas falas cotidianas de diversos interlocutores, como uma *categoria da prática* (BOURDIEU, 1977). Com isso, busco uma forma de conciliação (aproximada, ainda que não necessariamente coincidente) entre o significado do conceito original, e a vida própria que o termo ganhou ao alcançar um debate mais amplo, para além do âmbito acadêmico. Desta forma, o uso das aspas também funciona como marcador de um significado local adicional que o termo assume para além das epistemologias euro-americanas resguardadas pela palavra original – estabelecendo, assim, um diálogo com as já mencionadas críticas pós-coloniais de Maloutas e Ghertner ao uso estruturalista e generalizado de categorias do Norte Global que, no Sul Global, correm o risco de funcionar como meras “ficções regulatórias”. Como diria Manuela Carneiro da Cunha, “as categorias analíticas (...) fabricadas no centro e exportadas para o resto do mundo também retornam hoje para assombrar aqueles que as produziram: assim como os *cantes flamencos*, são coisas que vão e voltam, difratadas e devolvidas ao remetente. Categorias de *ida y vuelta*” (CUNHA, 2009, p. 312).

De fato, a recorrente referência à “gentrificação” nos debates cotidianos revela muitos aspectos que não são necessariamente contemplados pelas acepções analíticas do termo: o alcance deste vocabulário dos estudos urbanos para além da academia; a existência de um público atento, sensível, informado e engajado com relação a questões da cidade; os medos de determinados agrupamentos das camadas médias quanto à sua vulnerabilidade frente à ascensão dos custos de vida locais; o poder que o termo tem de instrumentalizar um olhar crítico quanto a percepções de mudança (como o aumento dos alugueis, demolições e novas construções, surgimento de lojas e restaurantes caros, circulação de novos públicos, instalação de *parklets* e *food trucks*, ou ainda intervenções do poder público); e a força que ele possui como ferramenta discursiva para se prever, denunciar e combater tais mudanças. Na prática, a presunção de relações de causalidade entre tais mudanças percebidas e o risco da “gentrificação” facilita a identificação e a nomeação (AUSTIN, 1973) de um inimigo ou um perigo que então passa a existir, e que deve ser combatido. Desta forma, mobilizam-se redes de indignação (CASTELLS, 2013) contra problemas sociais que, ainda que possam estar relacionados ou apresentar semelhanças com processos reais de gentrificação (como higienismo, déficit habitacional, concentração de renda, distribuição desigual de infraestrutura), não são necessariamente sinônimos de gentrificação.

O uso corriqueiro do termo acaba por tornar evidente o quanto, em uma cidade com imensa desigualdade social na distribuição territorial, de renda, de serviços e de infraestrutura, praticamente qualquer intervenção, melhoramento, obra pública ou empreendimento privado tem uma grande chance de ser percebido como potencialmente enobrecedor do entorno – logo, de ser potencialmente diagnosticável como sendo “gentrificação”. Além disso, também reflete o afloramento, na última década, de novas sensibilidades de uma jovem camada média da população (sobretudo jovens alinhados com um espectro político mais progressista) quanto à cidade ao seu redor e quanto a que tipo de ambiências urbanas passam a ser desejadas e reivindicadas.

Uma série de acontecimentos políticos ocorridos nos últimos anos em São Paulo podem ter contribuído com esta recente ampliação das sensibilidades e do debate público quanto a noções do direito à cidade. Alguns exemplos são a eleição, em 2012, de um prefeito de um espectro político mais à esquerda, com propostas mais progressistas com relação aos usos dos espaços públicos; a consolidação de novas *manchas* e *circuitos* (MAGNANI, 2012) de lazer e sociabilidade jovem na região central (como a região conhecida como Baixo Augusta ou a Praça Roosevelt, por exemplo); o investimento do Estado em novos equipamentos na região (como a reforma da Praça Roosevelt e a inauguração de novas estações de metrô); uma diversidade de movimentos autônomos de ocupação do espaço público para a realização de atividades culturais; grandes manifestações que tiveram as ruas e praças como cenário e melhorias dos serviços públicos como pauta (como as manifestações de Junho de 2013, inicialmente mobilizadas contra o aumento de passagens do transporte público); o surgimento de movimentos de reivindicação de novos parques na região central; o rápido crescimento do Carnaval de rua e outras grandes festividades oficiais. Além de todas essas vivências *no espaço*, a internet também tem papel fundamental, não apenas por facilitar todas essas articulações, como também por possibilitar a ampla circulação, em escala global, de novos repertórios para se observar, imaginar, desejar e fazer a cidade.

Isso lança luz sobre um aspecto importante do uso da “gentrificação” como categoria da prática: o termo instrumentaliza percepções, expectativas, receios e resistências quanto à mutabilidade da paisagem urbana com o passar do tempo e a partir das ações dos inúmeros agentes que nela interferem. Partindo da já mencionada proposição de que o conceito nasceu em um contexto de combate a uma sensação de que as cidades estão se descaracterizando em função do avanço do modernismo, parece coerente compreender o uso corriqueiro e contemporâneo do termo “gentrificação” para identificar e nomear supostas

descaracterizações da cidade em função do avanço do capitalismo – por exemplo, sob a forma da especulação imobiliária e financeira e da atuação do poder público em nome de ressignificações do espaço. Desconfiados de que a maioria das transformações na paisagem potencialmente estão a favor de interesses privados de maximização de ganhos (ou que, mesmo quando mobilizadas pelo Estado e na forma de políticas públicas, não ocorrem de forma suficientemente distributiva, acabando por potencializar diversas formas de segregação), a grande maioria das pessoas que falam em “gentrificação” o fazem em um tom de denúncia de que as mudanças percebidas nestas situações não são bem-vindas. Este desejo de que determinadas mudanças na paisagem urbana não deveriam acontecer caso não sejam suficientemente democráticas pode ser ilustrado no primeiro parágrafo de uma crônica de Maria Rita Kehl originalmente publicada em O Estado de S. Paulo em 15 de maio de 2010:

“Se eu fosse Deus e se eu existisse, executaria em São Paulo uma prosaica providência administrativa. Tombaria a cidade inteira pelos próximos dez anos: como está, fica. Não se derruba mais nada, não se constrói mais nada. Tratem de melhorar a cidade que já existe: monstruosa, desigual, mal planejada e malcuidada. Se é para movimentar dinheiro, invista-se nos espaços públicos: ruas, praças, jardins, calçadas, iluminação, centros de lazer, prevenção contra enchentes – tudo o que faz de um amontoado de moradias algo parecido com a magnífica invenção humana chamada cidade” (KEHL, 2011, p. 40).

Esta resistência a determinadas mudanças, ou ainda a percepção de que “a cidade está perdendo a alma” (ZUKIN, 2011) sugere a idealização de uma cidade “original” que está sempre em vias de se perder (frente ao avanço do capitalismo, do modernismo e/ou da “gentrificação”) – mas que também está sempre em vias de ser (re)criada a partir do engajamento de seus habitantes.

Cabe questionar, no contexto de São Paulo – uma cidade que em menos de um século deixou de ser uma pequena vila caipira (FREHSE, 2012) para tornar-se uma das maiores metrópoles do mundo – se existiriam e quais seriam as características “originais” ou “autênticas” que seriam perdidas, sobretudo se considerarmos que tais mudanças são percebidas a partir dos repertórios dos agentes observadores, sempre sincrônicos e parciais. Nos relatos do período em que viveu em São Paulo nos anos 1930, Claude Lévi-Strauss sugere uma mutabilidade constante como característica definidora não apenas da capital paulista, mas das cidades americanas em um sentido mais amplo:

“Para as cidades européias, a passagem dos séculos constitui uma promoção; para as americanas, a dos anos é uma decadência. Porque elas não são apenas recém-construídas: são construídas para se renovar com a mesma rapidez com que foram erguidas, isto é, mal. No momento em que se levantam os novos bairros, quase não são elementos urbanos: brilhantes demais, demasiadamente novos, exageradamente alegres para isso. Lembrariam antes uma feira, uma exposição internacional, edificada para alguns meses. Depois desse prazo, a festa termina e esses grandes enfeites perecem: as fachadas descascam, a chuva e a fuligem aí traçam seus riscos, o estilo cai de moda, o ordenamento primitivo desaparece sob as demolições impostas, paralelamente, por uma nova impaciência. Não são cidades novas contrastando com cidades antigas; mas cidades com ciclo de evolução muito curto, comparadas a cidades de ciclo lento. Algumas cidades da Europa adormecem devagarzinho na morte; as do Novo Mundo vivem febrilmente numa doença crônica; perpetuamente jovens, nunca chegam a ser, entretanto, sãs” (LÉVI-STRAUSS, 1998, p. 96–97).

O conceito de nostalgia, como proposto por Svetlana Boym (BOYM, 2001), é útil para pensar essa concepção idealista em torno do bairro ou cidade em vias de desaparecer. Para a autora, nostalgia é um sentimento de perda que representa a falta de um lar que não existe mais, ou que nunca existiu. Possui uma dimensão utópica que não se projeta em direção ao futuro: antes, é um mecanismo de defesa contra mudanças aceleradas. “É uma rebelião

contra a ideia moderna do tempo, o tempo da história e do progresso. O nostálgico deseja obliterar a história e torná-la uma mitologia privada ou coletiva, visitar o tempo e o espaço, recusando-se a render-se à irreversibilidade do tempo que flagela a condição humana” (BOYM, 2001, p. XV). O uso cotidiano da “gentrificação” pode ser interpretado como um mecanismo nostálgico de defesa, por parte dos moradores (incluindo aqueles percebidos como potenciais “gentrificadores”), de como o bairro “deveria continuar sendo” contra as intensas mudanças percebidas no presente:

“A cidade imagina seu futuro improvisando sobre seu passado (...) há uma saudade penetrante das cidades visíveis e invisíveis do passado, cidades dos sonhos e de memórias que influenciam tanto os novos projetos de reconstrução urbana quanto os rituais urbanos de base que nos ajudam a imaginar uma esfera pública mais humana. A cidade torna-se um cosmos alternativo para identificação coletiva, recuperação de outras temporalidades e reinvenção de tradições” (BOYM, 2001, p. 75–76).

Essa ideia de nostalgia também pode ser aproximada do conceito de pessimismo sentimental, proposto por Marshall Sahlins (1997a, 1997b) para discutir sobre um “pânico pós-moderno” pelo qual a Antropologia teria sido acometida diante do risco do desaparecimento de diversas culturas em função do avanço de uma cultura ocidental capitalista homogeneizadora. Apesar de não contestar os efeitos negativos e as consequências opressoras da colonização, do imperialismo e da globalização, o autor ressalta as estratégias de mobilização adotadas por diversas “sobrevivências persistentes” para garantir a continuidade de suas culturas frente às imposições externas que supostamente as destruiriam – apropriando-se, inclusive, de novos instrumentos e códigos das forças opressoras para o florescimento ou intensificação de antigas e novas alteridades.

O vislumbre da possibilidade de “perda” das cidades diante do avanço do capitalismo permite a emergência do uso cotidiano da “gentrificação” como categoria da prática – não necessariamente como uma aplicação exagerada ou inadequada da gentrificação como categoria analítica, mas como um instrumento útil para garantir a “sobrevivência persistente” e nostálgica de um tipo de cidade que ainda pode ser desejada e reivindicada – uma espécie de *tática microbiana* (CERTEAU, 2008) como forma de resistência diante de uma aparente intransponibilidade de estratégias do poder econômico. As mudanças percebidas na paisagem urbana tornam-se, portanto, combustível para despertar novas sensibilidades sobre a cidade, lutar contra suas injustiças sociais e mobilizar os recursos disponíveis para se *fazer cidade* (AGIER, 2011).

À guisa de uma conclusão

A gentrificação é uma importante ferramenta analítica, mobilizada há mais de cinquenta anos e por diferentes disciplinas dos estudos urbanos, para se investigar novas formas de intensificação da desigualdade nos territórios das grandes cidades. Entretanto, seu uso há muito extrapolou os limites dos debates acadêmicos, assumindo uma vida própria e um *status* de categoria política e da prática – interferindo enormemente na forma como diversos agentes percebem suas cidades, e ampliando sensibilidades na busca de um equilíbrio entre ambiências urbanas desejáveis e relações menos desiguais de ocupação do território.

A ideia da “gentrificação” aparece, portanto, como um fantasma que se anuncia quando privilégios de classe, desigualdade social e interesses do capital imobiliário são exacerbados – assombrando as possibilidades de realização da *utopia urbana* (VELHO, 1973) que é viver de forma segura e acessível em bairros centrais e bem-servidos pela ampla rede de infraestrutura de transporte e serviços da cidade, sem que a diversidade sociocultural destes bairros seja sacrificada em nome da chegada de grupos com maior poder econômico.

As transformações atualmente em curso na Vila Buarque permitem uma observação privilegiada de como novas formas de consumo, lazer e sociabilidade de grupos que promovem uma *mediação cosmopolita* (VELHO, 2010) entre os modos de vida locais e

referências estéticas de grandes cidades globais encontram resistências de diversos agentes, receosos de que tais mudanças representem a “gentrificação” do bairro. Ainda que uma análise conceitual não endosse, até o momento, que a Vila Buarque esteja de fato passando por processos de gentrificação, este fantasma mobiliza medos e incômodos que funcionam como força motriz para debates políticos e práticas ativistas que reivindicam a preservação de características “originais” que estariam sob o risco de serem perdidas.

A potência do uso da “gentrificação” como categoria da prática, neste caso, está em sua capacidade de converter o “pessimismo sentimental” de que o bairro esteja em vias de desaparecimento em combustível para a emergência de um engajamento – nostálgico e utópico – na reivindicação de novos modelos de cidade por uma geração de cidadãos críticos e atentos às formas de ocupação do solo urbano, e desejantes de uma cidade mais diversa e menos desigual.

Referências

AGIER, Michel. *Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro nome, 2011.

AUSTIN, J. L. *How to do things with words: the William James lectures delivered at Harvard University in 1955*. Oxford: Oxford University Press, 1973.

BETANCUR, John J. Gentrification in Latin America: Overview and Critical Analysis. *Urban Studies Research*, v. 2014, 2014

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. *Retours en ville. Des processus de gentrification urbaine aux politiques de revitalisation des centres*. Paris: Descartes & Cie, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Gosto de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BOYM, Svetlana. *The Future of Nostalgia*. Nova York: Basic Books, 2001.

BRIDGE, Gary; DOWLING, Robyn. Microgeographies of Retailing and Gentrification. *Australian Geographer*, v. 32, n. 1, p. 93–107, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00049180020036259>>. Acesso em: 10 set 2018.

Bring on the hipsters. *The Economist*, 19 Fev 2015. Disponível em: <<https://www.economist.com/news/united-states/21644164-gentrification-good-poor-bring-hipsters>>. Acesso em: 10 set 2018.

BUNTIN, John. The Myth of Gentrification. *Slate*, 14 Jan 2015.

BURGESS, Ernest W. The Growth of the City: An Introduction to a Research Project. In: MARZLUFF, J. M. et al. (Org.). *Urban Ecology: An International Perspective on the Interaction Between Humans and Nature*. Boston: Springer US, 2008. p. 71–78.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2013.

CASTINO, Rafael. Exposição relembra a “Batalha da Maria Antonia” *Jornal da USP*. 04 ago 2017. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/cultura/exposicao-relembra-a-batalha-da-maria-antonia/>>. Acesso em: 10 set 2018.

CERTEAU, Michel De. *A Invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHABROL, Marie et al. *Gentrifications*. Paris: Amsterdam, 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro Da. *Cultura com aspas: e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

- DAVIDSON, Mark; LEES, Loretta. New-Build 'Gentrification' and London's Riverside Renaissance. *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 37, n. 7, p. 1165–1190, Jul 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1068/a3739>>. Acesso em: 10 set 2018.
- FLORIDA, Richard. *The Rise of the Creative Class - Revisited: Revised and Expanded*. Nova York: Basic Books, 2014.
- FREHSE, Fraya. O começo do fim da São Paulo caipira. In: AZEVEDO, M. A. DE et al. *Militão Augusto de Azevedo*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- FRÚGOLI JR., Heitor; SKLAIR, Jessica. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. *Cuadernos de antropología social*, n. 30, p. 119–136, 2009. Disponível em: <<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/2779>>. Acesso em: 10 set 2018.
- GHERTNER, D. Asher. India's Urban Revolution: Geographies of Displacement beyond Gentrification. *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 46, n. 7, p. 1554–1571, 2014.
- GLASS, Ruth. *London: Aspects of change*. Londres: MacGibbon & Kee, 1964.
- GONZALEZ, Sara; WALEY, Paul. Traditional Retail Markets: The New Gentrification Frontier? *Antipode*, v. 45, n. 4, p. 965–983, 2013.
- HAMNETT, Chris. The Blind Men and the Elephant: The Explanation of Gentrification. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 16, p. 173, 1991.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. *Higienópolis: grandezas e decadência de um bairro paulistano*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, Divisão do Arquivo Histórico, 1980.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JONES, G. A.; VARLEY, A. The Reconquest of the Historic Centre: Urban Conservation and Gentrification in Puebla, Mexico. *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 31, n. 9, p. 1547–1566, 1999.
- JOSÉ, Beatriz Kara. *A popularização do centro de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos*. Tese. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2010.
- KEHL, Maria Rita. *18 crônicas e mais algumas*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LEY, David. Liberal Ideology and the Post-Industrial City. *Annals of The Association of American Geographers*, v. 70, p. 238–258, 1980.
- LLOYD, Richard. *Neo-Bohemia: Art and Commerce in the Postindustrial City*. 2 ed. Nova York: Routledge, 2010.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.
- MALOUTAS, Thomas. Contextual Diversity in Gentrification Research. *Critical Sociology*, v. 38, n. 1, p. 33–48, 2012.
- MARQUES, Eduardo Cesar. De volta aos capitais para melhor entender as políticas urbanas. *Revista Novos Estudos - CEBRAP*, v. 35, n. 2, p. 15–33, 2016.

MARTÍNEZ-RIGOL, Sergi. A gentrification, conceito e método. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. *Urbanização e mundialização, estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005.

MISKOLCI, Richard. Estranhos no paraíso: notas sobre os usos de aplicativos de busca de parceiros sexuais em San Francisco. *Cadernos Pagu*, n. 47, 2016.

MOURA, Eduardo. Rumo ao Centro: Em alta, após compactos estão no radar de jovens, recém-casados e usuários de apps de aluguel por temporada. *Sãopaulo*, n. 392, p. 40–42, 2 Set 2018.

MÜLLER, Nice Lecoq. A área central da cidade. In: AZEVEDO, A. DE (Org.). *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*, v. III. p. 121–182. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.

OCEJO, Richard E. *Masters of Craft: Old Jobs in the New Urban Economy*. Princeton: Princeton University Press, 2017.

ORENSTEIN, José et al. *Cidades em disputa*. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/especial/2018/01/26/Cidades-em-disputa>>. Acesso em: 10 set 2018.

Plano Diretor de SP prevê desativar Minhocão, mas não estabelece prazo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/08/1499058-plano-diretor-de-sp-preve-desativar-minhocao-mas-nao-estabelece-prazo.shtml>>. Acesso em: 10 set 2018.

REQUENA, Carolina; HOYLER, Telma; SARAIVA, Camila. Interação e segregação: centro, periferia e residenciais fechados. In: MARQUES, E. C. (Org.). *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades*. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole/Editora Unesp, 2015.

ROLNIK, Raquel. *Territórios em Conflito: São Paulo: espaço, história e política*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

RUBINO, Silvana. Gentrification: notas sobre um conceito incômodo. In: SCHICCHI, M. C.; BENFATTI, D. (Org.). *Urbanismo: dossiê São Paulo - Rio de Janeiro*. Campinas/Rio de Janeiro: PUC-Campinas/Proureb-UFRJ, 2003.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). *Mana*, v. 3, n. 1, p. 41–73, 1997a.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). *Mana*, v. 3, n. 2, p. 103–150, 1997b.

SANCHEZ, Leonardo. Nova República: Bares, restaurantes e empreendimentos imobiliários revitalizam a região e atraem moradores e turistas. *Sãopaulo*, n. 392, p. 32–39, 2 Set 2018.

SASSEN, Saskia. *The Global City: New York, London, Tokyo*. 2 ed. Princeton: Princeton University Press, 2001.

SMITH, Neil. Toward a Theory of Gentrification: A Back to the City Movement by Capital, not People. *Journal of the American Planning Association*, v. 45, n. 4, p. 538–548, 1979.

TEDESCO, Luiz Antonio Del. Baixo Higienópolis: Padroeira dos músicos e da música clássica, Santa Cecília dá nome a mais um bairro central que vive em plena mutação. *Sãopaulo*, n. 392, p. 44–51, 2 Set 2018.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: Um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VELHO, Gilberto. Metrópole, cosmopolitismo e mediação. *Horizontes Antropológicos*, v. 16, n. 33, p. 15–23, Jun 2010.

ZUKIN, Sharon. *Loft Living: Culture and Capital in Urban Change*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1989.

ZUKIN, Sharon. *Naked City: The Death and Life of Authentic Urban Places*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

ZUKIN, Sharon et al. New Retail Capital and Neighborhood Change: Boutiques and Gentrification in New York City. *City & Community*, v. 8, n. 1, p. 47–64, 2009.

ZUKIN, Sharon; KASINITZ, Philip; CHEN, Xiangming. *Global Cities, Local Streets: Everyday Diversity from New York to Shanghai*. Nova York: Routledge, 2015.